



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA,  
REALIZADA NO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO NO  
DIA 05 DE ABRIL DE 2022**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Vereadores: Gisela Maria Azevedo Trincão Matias

Cláudia Patrícia Alves Moreira

Manuel Tiago Neto Pestana Prestes

Rui Filipe Rodrigues Ferreira

**SECRETARIOU:** A Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Cristina Isabel Pires Queimado.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, foi antecipadamente remetida a todos os Srs. Vereadores, nos termos do nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte:

**Ordem do Dia:**

**01 – ata 03/2022**

**Documentos para conhecimento**

**02 – Resumo Diário de Tesouraria do dia 30.03.2022**

**03 - Relação de pagamentos de 17 a 30 de março de 2022**

**04 - Posição dos Compromissos 17 a 30 de março de 2022**

**05 – Documentos previsionais – 7.ª alteração**



## Documentos para ratificação

- 06** – Procissão do Senhor da Misericórdia – 15 de abril de 2022
- 07** - AR- Águas do Ribatejo - Relatório de Gestão e Contas 2021
- 08** – CPE - 01/2022 Estrada Municipal 574 - Beneficiação a Executar Entre a EN 118 e a Localidade de Ulme
- 09** – Concurso Publico “CPE - 02/2022 Beneficiação da E.M. 574 Troço Ulme / Casalinho / Semideiro”

## Documentos para aprovação

- 10** – CPE - 03/2022 Requalificação e Beneficiação da Piscina Municipal da Chamusca - Fase 2 - Escolha e início de procedimento – Concurso Público
- 11** - CPE - 05/2021 Requalificação Urbanística da Chamusca Área Envolvente à Futura Casa das Artes - Área de Intervenção 4 – reprogramação de compromissos
- 12** - CPE - 06/2021 Requalificação Urbana da Chamusca - Área de Intervenção 2 - reprogramação de compromissos
- 13** - Requalificação Urbanística da Chamusca – Área envolvente aos Edifícios da Câmara Municipal, Correios e Cine-Teatro – Área de intervenção 3 - Abertura de procedimento
- 14** – Requalificação Urbana da Chamusca – Área de intervenção 1 - Abertura de procedimento
- 15** – Estado de conservação dos imóveis /benefícios Fiscais – reabilitação urbana
- 16** – CPF 02/2022 Aluguer de Módulos de Contentores - Instalação Provisória da Escola Secundária da Chamusca – compromissos plurianuais/remessa para a Assembleia Municipal / ratificação
- 17** – CPF 02/2022 Aluguer de módulos de Contentores – Instalação Provisória da Escola Secundária da Chamusca – Escolha e início de procedimento – Concurso Público Internacional



**18 - Intervenção Sr. Presidente**

**17 – Intervenção Srs. Vereadores**

## **ABERTURA**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às dez horas e quinze minutos agradecendo a presença de todos deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, solicitando que fosse retirado da ordem de trabalhos os pontos 16 e 17 relativos ao procedimento para aluguer de contentores para instalação provisória na Escola Secundária da Chamusca, dado que após feita consulta informal a empresas nacionais e internacionais, que poderiam concorrer, para a instalação atendendo à complexidade da estrutura a montar e o número necessário não temos nenhuma empresa no mercado com esta capacidade para a montagem em tempo útil, muito difícil avançar com a obra em simultâneo. Referindo que os tempos previstos para avançar com a obra em junho, com a aprovação dos concursos, verificação e atribuição de visto do tribunal de contas, os prazos iriam derrapar e com o atual panorama nacional e internacional, sendo constante o aumento de preço, as dificuldades com mão de obra e depois de avaliar com a equipa técnica é muito difícil avançar com a obra em simultâneo. Após análise verifica-se que será fazer a intervenção de forma faseada de pavilhão a pavilhão, conseguir-se-á criar perímetros de segurança aos alunos, bem como acessos alternativos para acesso ao estaleiro, prevendo-se que o módulo B (refeitório e cozinha) seja a última a ser intervencionada a infraestrutura mais simples, reduzindo ao máximo número de estruturas para semelhante ao que esteve montado aquando da obra no Centro Escolar da Chamusca. Propondo o Sr. Presidente que estes pontos fossem retirados e que se avançasse com um procedimento por fases.

A sra. Vereadora Gisela Matias questionou se esta alteração irá atrasar todo o processo.



Tendo os Senhores Presidente e vereador Rui Ferreira referido que até pelo contrário, irá adiantar o processo, uma vez que, já não irá o processo ao Tribunal de Contas (ganhando algum tempo), a nível de produção iremos ter mais concorrentes a entrar em concurso.

**Assim todos os vereadores manifestaram acordo ao aluguer de módulos de contentores para instalação provisória na Escola Secundária da Chamusca.**

### ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente tomou a palavra referindo:

- **Coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19:** deu conhecimento que atualmente regista-se uma incidência de 2.000/ 100.000 habitantes, referindo que o processo de vacinação continua de forma muito simples, continuando a ser administrada a dose de reforço. O município continuará a acompanhar o avanço dos números com os serviços da Proteção Civil do município, bem como a nível distrital.

- **Refugiados recebidos no concelho provenientes da Ucrânia:** deu o ponto de situação informando que receberam mais 13 refugiados no passado domingo, à instalação e acolhimento provisória em Lisboa, referindo que os vinte que ficaram partitamente todos têm intenção de ficar no nosso território, estando a crianças a frequentar as escolas, estando o ambiente muito bom, continuando a dar todo o apoio a estas pessoas de forma a que se sintam integradas e irá ser feito com o novo grupo todo à semelhança do que já está em curso.

A Sra. Vice-Presidente referiu que recebemos 48 pessoas na primeira vaga e salientou todo o esforço desenvolvido pelos técnicos do município bem como do Alto Comissariado, Segurança Social, Finanças, IEFP, I.P. e SEF, este acompanhamento extraordinário, permitiu que em duas semanas fossem 48 processos concluídos. Salientou que todas as crianças

estão integradas nas nossas escolas, duas crianças em creche (agradecimento à Santa Casa da Misericórdia da Chamusca que foi excecional), duas crianças no pré-escolar, duas no 1.º ciclo EB, um no 9.º ano que fala inglês (agradecimento ao Agrupamento de Escolas da Chamusca), todas integradas apesar da barreira linguística, ressaltando o apoio e acompanhamento de docentes do agrupamento, bem como de alunos que se têm empenhado na integração dos refugiados, incluindo-os nas atividades que vão ocorrendo na nossa vila. Na primeira semana foi fornecido pelo município a totalidade das refeições através da colaboração da GERTAL (que fornece as refeições nas escolas), estiveram neste modelo desde terça (dia em que chegaram) até domingo, a partir de domingo com funcionária da autarquia (com experiência em cozinha) que confeccionou refeições no São Francisco com a colaboração dos refugiados que lá estão e a partir daí temos vindo progressivamente tem sido feito um processo de atomização das pessoas que lá estão alojadas. Agradecendo a todos os voluntários que de diferentes formas têm ajudado os refugiados da Ucrânia.

Ao fim de uma semana arrancou, no edifício São Francisco aulas de português (língua de acolhimento), agradecendo ao IEPF pela pronta resposta, prioridade com tratou estas inscrições e iniciou com a turma. Tendo igualmente e, atendendo a que muitos já têm número de identificação fiscal, procura de emprego e alojamento, feita candidatura ao “Porta de Entrada”, com vista a celebrar protocolo com IHRU e Alto Comissariado. Tendo já saído 26 pessoas que foram encaminhadas.

No domingo foram buscar mais 13 refugiados estando 4 crianças (3, 5, 11 e 13 anos) e agora será feito todo o processo idêntico ao que foi feito com o primeiro grupo.

O Sr. Vereador Tiago Prestes questionou quantas pessoas estão no Edifício São Francisco. A Sra. Vice-Presidente referiu que foi reduzido o número inicial, existindo agora 35 camas, referindo que foi reduzido o número inicial de 48 tinham também algumas camas desmontadas, tendo-se retirado agora estas camas que serão aplicadas em situações de



necessidade.

O Sr. Presidente esclareceu que se trata de uma estrutura temporária, ajudando na preparação dos processos de legalização e nos processos de levantamento de habitações literárias, bem como aproximar de amigos próximos ou familiares no nosso país, tentando que estas pessoas se encontrem com as suas comunidades e com familiares e que tenham todo o apoio possível, e articular com o IEPF porque não têm conhecimento de português ou inglês tendo maiores dificuldades em integrar programas de apoio, encontrar trabalho, prestações sociais e habitação (contactos para formalizar protocolo tripartido Município, IHRU e Alto Comissariado) .

Mais uma vez agradeceu aos funcionários (que estão a trabalhar muito para além das suas funções e horários, dedicação exemplar), voluntários e comunidade em geral e donativos (calçado, roupa comida, carrinhos de bebe) muito têm apoiado neste processo, sendo de louvar o papel que a nossa comunidade tem tido neste processo de acolhimento destas pessoas que se encontram em situação muito vulnerável.

Questionando se existe mais alguma questão a apresentar antes da ordem do dia, o Sr. Vereador Rui Ferreira deu conhecimento do ponto de situação de empreitadas em curso no concelho, referindo nomeadamente:

- Bar do Arripiado/ Carregueira – amanhã será feita a inspeção pelo ISQ para certificação de energia elétrica e posterior colocação do espaço a hasta pública.
- Reabilitação Urbana – Fase 2 – Zona envolvente ao mercado municipal – em fase de contrato e consequente consignação, prevendo-se início das obras na próxima semana.
- Salão convívio da Parreira – remoção e substituição da cobertura que era em fibrocimento
- início dos trabalhos no dia de ontem e hoje será terminado e que até ao final da semana será colocada nova cobertura.
- Piscinas: retomados os trabalhos, decorrendo trabalhos no AVAC e fundações na zona

frontal interior do edifício.

- Novo Centro de Saúde: desvio de linha previsto para concluir dia 11.04. Deu conhecimento de reunião conjunta ocorrida entre a ARS e o empreiteiro da obra, tendo pressionado o empreiteiro para dar início o mais rapidamente possível em obra.

- Porto do Carvão/ intervenções: colocação de lancil junto às habitações, com alteração da tampa de saneamento e posteriormente será feito o asfaltamento, tendo-se solicitado ao empreiteiro que a obra termine até final do próximo mês.

A Sra. Vereadora Gisela Matias apresentou a seguinte moção:

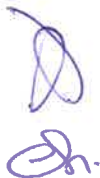
**“MOÇÃO COMBUSTÍVEIS:**

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em particular.

As AHBV, em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já estão a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de



adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar, num justo regime de financiamento das AHBV, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado gasóleo verde.

No universo das necessidades, esta medida, não resolvendo os problemas de fundo, será uma ajuda para que estas associações possam continuar o seu trabalho junto das comunidades.

O Executivo da Câmara Municipal da Chamusca, reunido a 05 de Abril de 2022, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Chamusca, à Federação dos Bombeiros do distrito de Santarém e à Liga dos Bombeiros Portugueses.
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde.
3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

Chamusca, 05 de Abril de 2022

Gisela Matias, Vereadora CDU”.

O Sr. Presidente manifestou preocupação pela situação difícil em que algumas associações de bombeiros no país estão a passar, referindo que, no nosso caso, apoiamos a estrutura profissional (de prontidão ao socorro), que será apoiada por mais uma equipa de EPI. Aludiu que existe desigualdade entre o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e os Bombeiros Municipais (que estão com mais dificuldades). Referiu estar de

acordo com a moção, por considerar que não podem ser só os municípios a subsidiar o funcionamento aos bombeiros, existe uma estrutura com profissionais, enumerando as diferentes dificuldades que atravessam nomeadamente com o transporte de doentes, com contingentes curtos (prioridade na resposta à emergência e socorro), tendo durante a pandemia ocorrido algumas vezes recusa da nossa associação ao transporte, muitas vezes mal interpretada, pelo curto contingente existente e que não se podia arriscar a que ficassem em casa em isolamento e não ter resposta em emergência, tendo prestado todo o apoio desde o primeiro momento, considerando ser importante o transporte mas mais importante a emergência e o socorro. Considerando que terá de haver uma alteração ao financiamento que não deve passar somente pelo gasóleo verde, pensando que deverá haver uma subsidiação ao pagamento de combustíveis às associações de bombeiros. Manifestou preocupação ao que é o funcionamento das associações, manifestando solidariedade e apreço pelo trabalho extraordinário que têm desenvolvido, mediante todas as dificuldades porque têm passado.

O sr. Vereador Rui Ferreira manifestou solidariedade e agradeceu à nossa associação, referindo que este executivo sempre esteve ao lado da associação e o inverso, mantendo uma relação muito profícua, não concorda com a questão do gasóleo verde, entendendo que não é a solução, identificando alguns dos serviços prestados pelas corporações (o valor recebido é muito mais baixo do que é valor real do valor associação). Considerando que relativamente ao restante teor do documento está de acordo. Explicando que fica muito pela rama do que são as necessidades, se fosse de outra forma mais aprofundada e pudessem elencar outras formas de ajuda efetiva, e não ficando só pelo gasóleo verde, parecendo que este é o principal todos os serviços estão muito abaixo do valor real do que deveriam receber para manter associação.

A sra. Vereadora Gisela Matias explicou que o gasóleo verde é uma das questões em que se centra esta moção, sabendo que existem problemas bem maiores que este, uma efetiva



ajuda deverá ser dada, esta era uma das intenções que ainda não foi cumprida, considerando ser uma forma de fazer pressão junto do governo para seja efetivada um dos pontos da solução ou acautelamento dos nossos bombeiros.

O Sr. Vereador Tiago Prestes referiu que concorda perfeitamente com o teor da moção, percebendo o conteúdo, todos nós estamos de acordo e sabemos das necessidades, a questão do gasóleo verde é um pequeno pormenor, todos nós gostaríamos de ter subsídio a fundo perdido, é uma atividade que é muito importante para toda a sociedade, considerando importante que caso não haja a atribuição de subsídio para fazer face às despesas de combustível que tenham acesso ao gasóleo verde.

A Sra. Vice-presidente referiu que concorda com a generalidade da moção percebendo as questões colocadas pelo vereador Rui Ferreira, mas todos os esforços que possam ser envidados e toda a pressão que possa ser feita, para de fato melhorar a situação em que se encontram os nossos bombeiros em termos de dificuldades financeiras e constrangimentos é sempre de louvar e de apoiar.

**Colocada a apreciação e votação foi o teor da moção aprovada por unanimidade.**

Apresentou a Sra. Vereadora Gisela Matias a seguinte Proposta relativa às nossas IPSS's:

“As dificuldades financeiras que vêm a ser sentidas pelas IPSS do nosso Concelho agravaram-se com a pandemia que nos assolou.

O aumento do custo real do utente aliado ao aumento do custo de vida, ao aumento dos combustíveis, da energia, dos bens alimentares e de higiene, em virtude da guerra, deixam as IPSS numa condição delicada e que precisa ser acautelada.

O aumento do salário mínimo nacional que, diga-se, é de necessidade extrema, não foi acompanhado nas atualizações dos acordos de cooperação por parte da Segurança Social. Refira-se também que a maioria dos idosos das nossas IPSS têm fracos rendimentos, em larga percentagem dependendo de pensões agrárias.

É nosso entendimento que deveria existir apoio efetivo do Município a estes agentes que estão na linha da frente dos cuidados à população envelhecida, dependente, vulnerável e muitas vezes sem rede familiar de apoio.

Neste sentido, a CDU vem propor a este executivo:

- 1-Reivindicar junto do governo mais apoios para as IPSS.
- 2- Apoio fixo anual do Município às IPSS do concelho da Chamusca, tal como acontece, e bem, com as associações do RACH.
- 3- Estudo da possibilidade de as refeições escolares serem fornecidas pelas IPSS nas escolas da sua área de intervenção.

Chamusca, 05 de Abril de 2022

Gisela Matias, Vereadora CDU.”

O Sr. Presidente referiu que esta proposta teria que ter uma análise mais profunda do que está nela elencado e estas instituições têm tutela da Segurança Social, e que enquanto município damos apoio a estas instituições do concelho, nomeadamente a obras de adaptação e equipamento em infraestruturas (25% da componente nacional ou do custo quando não são comparticipadas). Considerando que as direções das IPSS's são autónomas na sua gestão e que o município não se pode substituir, mais uma vez, àquilo que é uma competência do estado. Referindo que do que lhe tem sido transmitido nas várias reuniões, é que o que têm recebido de comparticipações e contratos da parte da Segurança Social, não tem acompanhado o aumento de custos para as IPSS's (aumentos custos energéticos, combustíveis, consumíveis, ordenados (aumento do SMN)). Estranhando que as Uniões de Misericórdias e as DIPSS's, considerando que deverá também as próprias IPSS's em união a fazer pressão junto do governo. Tendo algumas reservas legais relativamente ao financiamento para funcionamento, não tendo qualquer tipo de reserva relativamente ao financiamento ao investimento, por outro lado, aquando da pandemia, fizeram a atribuição



de um apoio extraordinário, para um fim específico, para a aquisição de EPI's e fornecimento de EPI's.

Referiu que o município tem reforçado junto do Governo as dificuldades que se têm feito sentir, considerando que deverão ser as Uniões das Misericórdias e da DIPSS's a fazer junto do governo pressão para que esta situação seja alterada.

Salientando o esforço que muitas Unidades de Cuidados Continuados têm vindo a fazer atendendo ao aumento dos custos com os utentes de longo prazo (mais técnicos, mais medicamentos), que por vezes não o conseguindo têm de fechar fazendo pressão junto dos hospitais. Aludindo aos vários serviços prestados pelas IPSS's (ERPI, apoio domiciliário, Unidades de Cuidados Continuados – com o aumento de custos e tipologia de utentes que estão a ser encaminhados para as UCC's estão a criar problemas acrescidos, porque o nosso SNS está sem capacidade de ficar com utentes de longo prazo que são mais onerosos, precisam de mais medicamentos, equipamentos, técnicos disponíveis 24 horas/dia, ocorrendo maiores dificuldades financeiras e algumas têm vindo a fechar sistematicamente, o que por sua vez, irá provocar maiores constrangimentos nos hospitais, passando-se o mesmo com as creches em que as comparticipações do estado também não têm acompanhado o aumento dos custos.

O Sr. Presidente referiu relativamente à possibilidade de as refeições escolares serem fornecidas pelas IPSS's nas escolas, o município neste momento tem concurso público com a GERTAL, tendo já ponderado várias vezes e em situações diferentes optar por esta solução, mas, atendendo à logística necessária e procedimental facilita ser a GERTAL a fornecer.

A sra. Vereadora Gisela Matias, questionou se já foi falado com as instituições do concelho, tendo a sra. Vice-presidente informado que foram várias as vezes que este tema foi abordado e que de acordo com estimativa feita o preço iria aumentar para o dobro, referindo que o município tem muita vontade de abandonar o concurso e fazer refeições

localmente, em refeitório municipal com o acompanhamento da nossa nutricionista (que atualmente tem feito o acompanhamento direto nos refeitórios dos nossos estabelecimentos de ensino).

A Sra. Vice-Presidente referiu que o único sítio onde as refeições são em maior quantidade é na Chamusca, porque nas restantes freguesias estar a pedir às IPSS's para fazer trinta refeições com ementa diferente da que é feita para os utentes daquela IPSS's, duplicaria o número de refeições a produzir o que aumentaria os custos das refeições para o dobro ou triplo, referindo que para além das refeições a GERTAL também apoia o serviço com auxiliares no refeitório. Aludindo aquando dos Campos de Férias, juntas de freguesia já solicitaram este serviço e que algumas das IPSS's manifestaram indisponibilidade, atendendo à alteração necessária em haver ementas diferentes.

Referiu que o município pretende ter refeitório próprio para confeccionar as refeições escolares no nosso concelho e tendo a noção da exigência e sabendo do desafio que é assumir esta questão localmente, estando a equacionar se conseguimos e se faz sentido em termos de custos avançar com este tipo de projeto. Identificou que poderá haver uma ou outra IPSS's que poderia estar em condições para fazer este serviço, mas que isso não resolveria o problema da instituição, não traria um apoio adicional às instituições.

A Sra. Vice-Presidente, enumerou alguns dos apoios concedidos às IPSS's de várias formas diferenciadas (técnicos para desenvolvimento de atividade física e atividades complementares, hardware e software para estimulação cognitiva, reforço de formação, teleassistência (utentes em apoio domiciliário), EPI's, foram dados cerca de 55.000€ em tempos de pandemia, considerando que poderá ser atribuído apoio extraordinário para fazer face a gastos com custos energéticos, relativamente ao apoio anual fixo considera que não.

Solicitou a sra. Vereadora Gisela Matias à sra. Vice-Presidente se puder fazer sondagem



junto das IPSS's .

O Sr. Presidente referiu que existem formas eficientes de minimizar custos, estando disponíveis para ajudar a reduzir custos (painéis solares, fotovoltaicos, carros elétricos) estando o município disponível para a ajudar a encontrar soluções para os diferentes casos. O sr. Vereador Rui Ferreira referiu que no sentido de intervir junto do governo a demonstrar estas necessidades está completamente de acordo em enviar um documento subscrito por todos ao governo, por considerar que a responsabilidade está do lado do governo em que os valores a transferir estejam mais perto da realidade com aquilo que os gastos reais com os utentes. Aludindo às dificuldades aquando das intervenções de apoios pontuais que não estejam previstos em orçamento municipal, podendo passar por regulamento específico para este tipo de instituições, à semelhança do que acontece com o RACH, considerando que o mesmo deverá ser muito bem analisado e objetivo nos apoios a conceder. Relativamente às refeições percebe que poderia ser mais uma alavanca, mas que as instituições não estão todas no mesmo nível, pelo que se deverá perceber junto das IPSS's.

O Sr. vereador Tiago Prestes, concorda com tudo o que foi mencionado, sendo uma preocupação de todos, considerando que o município não se pode substituir constantemente ao governo Central, sendo as responsabilidades do governo, unindo esforços para que em conjunto se faça pressão para que tenham uma resposta adequada aos nossos idosos, atendendo a que durante toda a sua vida receberam os seus impostos tem a obrigação de olhar por nós. Criar um modelo específico, estudado e estruturado poderia ser o caminho, concordando que não se pode pedir ao município um esforço sobre humano e financeiro. Havendo cada vez mais transferência de competências por parte do governo e, cada vez mais o governo transfere mais responsabilidades para o município “parecendo que o município tem que salvar tudo e todos”. Considerando que estas situações são preocupantes e temos de estar atentos a situações que podem advir muito

proximamente.

## TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS:

SAÚDE: Deu conhecimento que no passado dia 29.03, foi recebida a última atualização da proposta em que houve alterações significativas, ainda não estando de acordo com o que é a estrutura de custos, identificando que irão advir muitas despesas (viaturas com muitos km<sup>2</sup> e com elevados custos de reparação), despesas com fornecimentos de água e energia e vencimentos de assistentes operacionais para o município. Assegurando o ministério os equipamentos médicos, enfermeiros, médicos e funcionários assistentes técnicos. Referiu que tudo o que são extensões de saúde estão excluídas do financiamento porque não estão registadas a favor do Ministério da Saúde. Questionando a Sra. vereadora Gisela Matias se a responsabilidade incidirá apenas sobre a Unidade de Saúde Familiar, nesta transferência, tendo o Sr. Presidente esclarecido que a incidência penderá sobre infraestruturas afetas ao ministério de saúde (Centro de Saúde, extensões de saúde, viaturas, assistentes operacionais), tudo o que seja manutenção de equipamentos, contratos, sendo o processo idêntico ao da educação (área administrativa, serviços (água, luz, gás, seguros, avac, reparações, viaturas) o ministério irá assegurar equipamentos médicos, médicos, enfermeiros e assistentes administrativos. O Sr. Presidente aludiu às várias reuniões ocorridas no sentido de fazer pressão para a vinda de médicos para o concelho, tendo conseguido que tenham vindo médicos a meio tempo para algumas extensões de saúde, assim como médicos reformados, tendo conseguido reestabelizar um pouco a situação que estava muito complicada.

ÁREA AÇÃO SOCIAL: A sra. Vice-Presidente deu conhecimento que os nossos técnicos estão em formação, tendo ontem recebido uma técnica da Segurança Social de Faro que por motivos de doença de familiar, efetuou um pedido de mobilidade para o nosso município,

estando a equacionar deferir o pedido de mobilidade, por considerar mais valia para o serviço podendo ajudar neste processo de aceitação de transferência, referindo que com a saída do coordenador técnico, este técnico, seria um recurso adicional e importante na ajuda esta transição com tranquilidade.

Dirigiu uma palavra de grande apresso ao coordenador técnico José Samora, pelo longo percurso profissional, que foi sem dúvida uma mais valia nesta Câmara Municipal desejando boa aposentação e que possa desfrutar em pleno nesta sua nova etapa da vida.

A Sra. vereadora Gisela Matias questionou se neste momento a Câmara da Chamusca não assumiu a transferência de competências na área da ação social e saúde. O Sr. Presidente esclareceu que o município já assumiu a transferência de competências para área da saúde, e que estamos disponíveis para assumir a transferência referente à ação social, quando estiver todo o processo para fazer esta transferência ainda antes do final do ano.

Reforçando o Sr. Presidente que, não invalidando que seja aceite mais cedo, seja aceite no final de estar tudo esclarecido, que eventualmente, possa ser, na assembleia municipal de junho, analisada proposta. Relativamente à saúde, foi aceite porque disseram que estava tudo nos mapas iniciais, foram pedidos esclarecimentos, e no mapa recebido não constava nada do que era na realidade, e enquanto não houver concertação de valores efetivos não vai ser assinado.

Questionando sobre se algum vereador tinha questões a apresentar neste período, a Sra. Vereadora Gisela Matias, solicitou as contas relativas ao evento Festival do Cogumelo / Parreira e se já têm as respostas às dúvidas que colocou por email relativo às contas do Parque dos Sonhos e questionou sobre o ponto de situação relativamente a:

- Surto de COVID IPSS's: o Sr. Presidente informou que não tem havido necessidade de substituição de funcionários, estamos a acompanhar este assunto com a devida atenção.

- Animais Carregueira – ponto de situação: referiu que a competência é do SEPNA que tem

acompanhado, foi solicitado pedido de vistoria pelo Ministério Público tendo o veterinário que colabora com o município efetuado o devido relatório, estando a acompanhar o assunto. O Sr. Vereador Rui Ferreira referiu que na Carregueira, houve várias denúncias, tendo o SEPNA solicitado informações, informando que os animais não estão mal tratados, apenas existe uma situação de negligência, tendo sido dadas indicações para alteração dos espaços de forma a melhorar o bem estar dos animais lá existentes.

O Sr. Presidente aludiu à situação existente também em Vale de Cavalos, considerando-se mais complicada, reforçando que o município não tem lá animais, contrariamente ao divulgado pela proprietária do espaço. O sr. Vereador Rui Ferreira referiu não existir nenhum pedido de licenciamento para canil/gatil, esclarecendo o Sr. Presidente que as construções estão em REN e terá que solicitar a sua desafetação, não havendo legalização ter-se-á que fazer a demolição, pelo que continuamos a acompanhar com atenção.

- Financiamento PRR / acessibilidades edifício Custódio Mira por exemplo, financiamentos / Candidaturas: o Sr. Vereador Rui Ferreira referiu que vai ser feito levantamento para execução de rampa de acesso no edifício azul, adaptação de passeios e outras intervenções em edifícios públicos prioritários.

- 25 de abril – comemorações dos 50 anos/ quais as comemorações: o Sr. Presidente referiu que não irão fazer antecipação das comemorações dos 50 anos, sendo no corrente ano as comemorações normais. Decorrerão igualmente as comemorações do aniversário da Associação de Bombeiros Voluntários da Chamusca.

- Cartaz Ascensão 2022: o Sr. Presidente informou que o cartaz está praticamente fechado.

Terminado o período antes da ordem do dia, deu-se de imediato início à **Ordem do Dia**:



### **Documentos para conhecimento:**

#### **(01) – APROVAÇÃO DA ATA 03/2022:**

Presente a ata da reunião ordinária n.º 03/2022 referente ao dia 01 de fevereiro do corrente ano, cujo texto foi distribuída antecipadamente, a todos os elementos do executivo, dispensando assim a sua leitura.

**Deliberação:** A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o teor da referida ata.

#### **(02) - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA DO DIA 30.03.2022:**

Presente o resumo diário de tesouraria do dia 30 de março de 2022, que apresentava como total de disponibilidades: 7.204.471,40€ (sete milhões, duzentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e um euros, quarenta centimos), sendo de operações orçamentais: 7.042.129,55€ (sete milhões, quarenta e dois mil, cento e vinte e nove euros e cinquenta e cinco centimos), sendo de operações não orçamentais: 162.341,85€ (cento e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e um euros, oitenta e cinco centimos).

**Deliberação:** A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

#### **(03) - RELAÇÃO DE PAGAMENTOS:**

Presentes as relações de pagamentos efetuados entre 17 a 30 de março de 2022, com o valor total de Operações Orçamentais de 453.124,51€ (quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e quatro euros e cinquenta centimos). Os Senhores vereadores Gisela Matias e Tiago Prestes solicitaram informação relativamente a pagamentos efetuados, tendo o Sr. Presidente prestado os devidos esclarecimentos.

**Deliberação:** A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

## **(04) - POSIÇÃO DOS COMPROMISSOS:**

Presente a posição dos compromissos correspondente ao período de 17 a 30 de março de 2022, com o valor total de 198.737,28€ (cento e noventa e oito mil, setecentos e trinta e sete euros, vinte e oito cêntimos). Os Senhores vereadores Gisela Matias e Tiago Prestes solicitaram esclarecimentos relativamente a compromissos efetuados, tendo o Sr. Presidente prestado os devidos esclarecimentos.

**Deliberação:** A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

## **(05) – DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ALTERAÇÃO 07:**

Elaboradas pela Secção de Contabilidade foi presente a sexta alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, no montante total de 90.036,02€ (noventa mil e trinta e seis euros), documentos que, por muito extensos, se dão por inteiramente transcritos nesta ata, para todos os efeitos, acompanhada de informação prestada pelo sr. Presidente das rubricas onde foram feitas as inscrições e diminuições de dotação.

**Deliberação:** A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

### **Documentos para ratificação**

## **(06) – ISENÇÃO DE TAXAS - PROCISSÃO DO SENHOR DA MISERICÓRDIA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE:**

Presente requerimento da SANTA CASA DA MISERICORDIA DA CHAMUSCA, solicitando isenção de taxas relativas à Procissão do Senhor da Misericórdia a realizar no próximo dia 16 de abril.

Exarou o Sr. Presidente o seguinte Despacho em 23.03.2022: “Deferido. À reunião de Câmara. Para ratificação.”.

Informou a secção de taxas do município a seguinte Informação: “O valor das taxas correspondentes aos Licenciamentos de Licença especial de Ruído e de Divertimentos



Públicos é de 12,80€ / cada, sendo o valor total de 25,60€. Para os devidos procedimentos conforme despacho.”.

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, ratificar o despacho do Sr. Presidente relativo à isenção de taxas municipais à Procissão do Senhor da Misericórdia.

**(07) – AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM, S.A. - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021:**

Presente relatório de gestão e contas de 2021 da empresa AR – Águas do Ribatejo – EIM, SA, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos.

**Deliberação:** A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, ratificar a aprovação dos referidos documentos.

O Sr. Presidente referiu que a empresa teve resultado líquido de cerca de 2.000.000€, existindo um valor considerável de faturas por receber, a empresa tem feito investimento em todas as partes nos vários concelhos associados. Deu igualmente o ponto de situação das intervenções em curso no concelho, nomeadamente, Rua do Relvão / Carregueira, reservatório do Porto do Carvão/ Chamusca e ligações de pontas relativas saneamento.

**(08) – CONCURSO PÚBLICO “CPE 01/2022 – ESTRADA MUNICIPAL 574 - BENEFICIAÇÃO A EXECUTAR ENTRE A EN 118 E A LOCALIDADE DE ULME”:**

Presente a ata do Júri do Procedimento datada de 24 de março de 2022, relativamente à análise de pedido por uma empresa interessada no procedimento de prorrogação do prazo para apresentação de propostas, propondo o júri que seja o prazo prorrogado por mais 7 (sete) dias, referindo o documento que: “Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerce o Sr. Presidente da Câmara Municipal essa competência, sujeitando posteriormente o ato a



ratificação, nos termos no disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”.

Exarou o Sr. Presidente o seguinte Despacho em 28.03.2022: “Deferido. À reunião de Câmara, para ratificação.”

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, ratificar o Despacho do Sr. Presidente.

A Sra. Vereadora Gisela Matias questionou se foi só esta empresa quem fez o pedido, tendo o sr. Presidente referido que foram consultados documentos na baseGov por 12 empresas tendo esta solicitado prorrogação de prazo.

**(09) – CONCURSO PÚBLICO “CPE 02/2022 - BENEFICIAÇÃO DA E.M. 574 TROÇO ULME / CASALINHO / SEMIDEIRO”:**

Presente a ata do Júri do Procedimento datada de 22 de março de 2022, relativamente à análise de pedido por uma empresa interessada no procedimento de prorrogação do prazo para apresentação de propostas, propondo o júri que seja o prazo prorrogado por mais 7 (sete) dias, referindo o documento que: “Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerce o Sr. Presidente da Câmara Municipal essa competência, sujeitando posteriormente o ato a ratificação, nos termos no disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”.

Exarou o Sr. Presidente o seguinte Despacho em 23.03.2022: “Deferido. À reunião de Câmara. Para ratificação.”

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, ratificar o Despacho do Sr. Presidente.

**(10) – CPE 03/2022 - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA CHAMUSCA – FASE 2 – ESCOLHA E INICIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO:**

Presente seguinte Proposta de Deliberação subscrita pelo Sr. Presidente:

“Considerando que:

O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual.

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- A autorização para se adotar o concurso público face ao valor estimado (€ 2.047.047,41) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que a contratação em causa está abrangida pelas normas contantes no CCP conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e no artigo 18.º;
- A aprovação das peças do procedimento nos termos da alínea c) no n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do programa do procedimento e do caderno de encargos;
- A designação do júri em conformidade com o previsto no artigo 67.º do CCP.

À reunião de Câmara.”.

**Deliberação:** A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar os procedimentos constantes da proposta transcrita.

**(11) – CPE 05/2021 - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CHAMUSCA – ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSOS:**

Presente seguinte Proposta de Deliberação subscrita pelo Sr. Presidente:

“Considerando que:

São compromissos plurianuais os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Por imperativos legais resultantes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, nomeadamente, pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a assunção de um compromisso plurianual, ou a sua reprogramação carece da autorização prévia da Assembleia Municipal.

**Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho que a Câmara Municipal delibere e posteriormente submeta para ratificação à Assembleia Municipal o pedido de autorização para reprogramação dos compromissos plurianuais de:**

**- CPE - 05/2021 Requalificação Urbana da Chamusca - Área envolvente à Futura Casa das Artes – Área de Intervenção 4;**

da seguinte forma:

| CPE - 05/2021 –<br>Fase 4 | Valor de Classificação | Adjudicação  | A reprogramar |              |              |
|---------------------------|------------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
|                           |                        |              | 2022          | 2023         | Total        |
| 07 001 2020/27            | 0102 07010413          | € 795.000,00 | € 530.000,00  | € 265.000,00 | € 795.000,00 |

À reunião de Câmara.”.

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar e submeter para ratificação à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a reprogramação dos compromissos plurianuais conforme mapa.



### **(12) – CPE06/2021 - REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CHAMUSCA – ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSOS:**

Presente seguinte Proposta de Deliberação subscrita pelo Sr. Presidente:

“Considerando que:

São compromissos plurianuais os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Por imperativos legais resultantes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, nomeadamente, pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a assunção de um compromisso plurianual, ou a sua reprogramação carece da autorização prévia da Assembleia Municipal.

**Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho que a Câmara Municipal delibere e posteriormente submeta para ratificação à Assembleia Municipal o pedido de autorização para reprogramação dos compromissos plurianuais de:**

**- CPE - 06/2021 Requalificação Urbana da Chamusca - Área de Intervenção 2;**

da seguinte forma:

| CPE - 06/2021 –<br>Fase 2 | Valor de Classificação | adjudicação  | A reprogramar |              |              |
|---------------------------|------------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
|                           |                        |              | 2022          | 2023         | Total        |
| 07 001 2020/27            | 0102 07010413          | € 514.630,00 | € 385.972,50  | € 128.657,50 | € 514.630,00 |

À reunião de Câmara.”.

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar e submeter para ratificação à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a reprogramação dos compromissos plurianuais conforme mapa.

**(13) – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CHAMUSCA – ÁREA ENVOLVENTE AOS EDIFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL, CORREIOS E CINE-TEATRO – ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO:**

Presente a informação técnica n.º 9/AA/22 datada de 28.03.2022, com o seguinte teor:

“Dando cumprimento ao solicitado pela Chefe de Divisão Urbanismo, Planeamento, Obras, Ambiente e Equipamentos, remete-se para apreciação e definição de procedimento para apreciação e definição de procedimento para lançamento da Empreitada de “Requalificação Urbana da Chamusca – Área envolvente aos Edifícios da Câmara Municipal, Correios e Cine-Teatro – Área de Intervenção 3”.

Em face ao exposto, submete-se à consideração superior, para aprovação, a presente proposta de decisão, bem como o processo de procedimento anexo.

1. Assim, e face ao descrito, propõe-se:

1.1. Que seja lançado procedimento por ajuste direto, com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na atual redação;

1.2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos;

1.3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pelo artigo 36.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;

1.4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 928.956,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de janeiro, na atual redação;

1.5. Que o prazo de execução da obra seja de 365 dias;



1.6. Que a Entidade concorrente apresente alvará de empreiteiro de obras públicas com Classe que cubra o valor global da proposta, na 8.ª subcategoria da 2.ª categoria; 1.7. Que a Entidade concorrente apresente alvará de empreiteiro de obras públicas, com as seguintes categorias:

2.ª Categoria – Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infraestruturas

1.ª Vias de circulação rodoviária e aeródromos;

6.ª Saneamento básico;

8.ª Calçamentos;

9.ª Ajardinamentos;

11.ª Sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança;

4.ª Categoria – Instalações Elétricas e Mecânicas

1.ª instalações elétricas de utilização de baixa tensão;

7.ª Infra-estruturas de telecomunicações.

1.7. Que seja convidada a seguinte Entidade:

- Desarfate – Desaterros de Fátima, Lda.

2. O objeto da empreitada enquadra-se no código 45211360-0, do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

3. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.

À consideração superior,”.

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, proceder a ajuste direto para a realização da empreitada, sendo fixado o valor de 928.956,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, convidando ao procedimento a empresa DESARFATE – Desaterros de Fátima, Lda. e demais procedimentos contantes da Proposta transcrita.

**(14) – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CHAMUSCA – ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 –  
ABERTURA DE PROCEDIMENTO:**

Presente a informação técnica n.º 8/AA/22 datada de 28.03.2022, com o seguinte teor:

“Dando cumprimento ao solicitado pela Chefe de Divisão Urbanismo, Planeamento, Obras, Ambiente e Equipamentos, remete-se para apreciação e definição de procedimento para lançamento da Empreitada de “Requalificação Urbana da Chamusca – Área de Intervenção 1”.

Em face ao exposto, submete-se à consideração superior, para aprovação, a presente proposta de decisão, bem como o processo de procedimento anexo.

1. Assim, e face ao descrito, propõe-se:

1.1. Que seja lançado procedimento por ajuste direto, com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na atual redação;

1.2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos;

1.3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pelo artigo 36.º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;

1.4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 1.132.479,23€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de janeiro, na atual redação;

1.5. Que o prazo de execução da obra seja de 365 dias;

1.6. Que a Entidade concorrente apresente alvará de empreiteiro de obras públicas com Classe que cubra o valor global da proposta, na 8.ª subcategoria da 2.ª categoria; 1.7. Que



a Entidade concorrente apresente alvará de empreiteiro de obras públicas, com as seguintes categorias:

2ª Categoria – Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infraestruturas

1.ª Vias de circulação rodoviária e aeródromos;

6ª Saneamento básico;

8.ª Calçetamentos;

9.ª Ajardinamentos;

11.ª Sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança;

4.ª Categoria – Instalações Elétricas e Mecânicas

1.ª instalações elétricas de utilização de baixa tensão;

7.ª Infra-estruturas de telecomunicações.

1.7. Que seja convidada a seguinte Entidade:

- Desarfate – Desaterros de Fátima, Lda.

2. O objeto da empreitada enquadra-se no código 45211360-0, do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

3. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.

À consideração superior,”.

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, proceder a ajuste direto para a realização da empreitada, sendo fixado o valor de 1.132.479,23€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, convidando ao procedimento a empresa DESARFATE – Desaterros de Fátima, Lda. e demais procedimentos contantes da Proposta transcrita.

## **(15) – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS / BENEFÍCIOS FISCAIS – REABILITAÇÃO URBANA – TRAVESSA DA MINA - CHAMUSCA:**

Presente o requerimento registado no livro respetivo sob o número 12735 de 14.12.2021, solicitando certidão comprovativa da realização de obras de reabilitação para isenção de IMI, no prédio sito na Travessa da Mina, n.ºs 14 e 16, nesta vila de Chamusca.

Instrui este processo a seguinte Informação técnica n.º 476/LG/2021, de 20.12.2021:

“1. Na sequência do requerimento apresentado pelo requerente, com o registo de entrada supra indicado, cabe informar que não se vê inconveniente na emissão de [2.ª] certidão comprovativa da realização de obras de reabilitação, ao abrigo do art. 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, certidão essa que equivalerá à prorrogação por mais cinco anos, desde que a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, delibere favoravelmente [vide a alínea a) do n.º 2 e o n.º 6 do art. 45.º do Estatuto de Benefícios Fiscais].

2. Face ao exposto e antes da emissão da certidão mencionada no ponto 1, deverá a prorrogação da isenção de IMI por mais cinco anos ser remetida, sob proposta da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal para a respetiva deliberação.

3. Caso a deliberação da Assembleia Municipal sobre a matéria em apreço seja favorável, deverá, após a emissão da certidão requerida pelo requerente [a qual deverá mencionar a prorrogação da isenção do I.M.I. por mais cinco anos], a Câmara Municipal dar conhecimento do exposto no presente número ao Serviço de Finanças da Chamusca.”.

Sobre este exarou a Sra. Chefe de Divisão a seguinte Informação em 30.03.2022:

“Propõe-se que se remeta a decisão do executivo municipal a proposta de deferimento, nos termos e condições da informação técnica. Se deferido deverá ser remetido a decisão da assembleia municipal, nos termos da mesma informação.”.

**Deliberação:** A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, deferir a pretensão do requerente e remeter para a assembleia municipal.



### **(16) – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE:**

O Sr. Presidente deu conhecimento das reuniões em que participou no período desde a última reunião:

Dia 23.03: reunião com os operadores do Eco Parque e do Observatório Nacional dos Cirver's, tendo mais uma vez sido abordada a situação das acessibilidades no concelho, referindo que foi uma reunião muito produtiva da qual vai sair um documento da posição de todos, a dirigir ao governo, sobre o problema das acessibilidades no concelho. Considera que cada vez mais nos temos de afastar do problema da ponte e incidir na A13 que no projeto contem uma obra de arte com viaduto por cima do campo da Golegã. Considerando prioridade o aliviar os constrangimentos de trânsito pesado com resíduos dentro das localidades, não condicionar o crescimento económico do concelho, não se sentindo confortável em estar a pedir mais ampliações e aceitar a instalação de mais empresas no Eco Parque, sabendo que vai criar mais pressão dentro das localidades. Identificou os custos que advirão com as reparações das estradas municipais pela passagem de trânsito pesado.

Dia 24.03: Assistiu ao Concerto Promenade pela S.I.R.F. Carregueirense Vitória, no Cine-teatro da Chamusca.

Dia 25/03: Entrevistas para os novos elementos Programa Municipal de Formação em Contexto de Trabalho.

Dia 28/03: Reunião sobre a estratégia local de habitação com gabinete que está a trabalhar com a CIMLT a nível de projeto, vai ser lançado concurso público internacional para consultoria de projetistas em várias especialidades dentro da estratégia local de habitação.

Dia 29/03: Reunião da Assembleia Geral da Resitejo e na assembleia geral RSTJ e na reunião do Conselho Fiscal da Fundação Rafael Duque, onde foram analisadas as prestações de contas de 2021.

Dia 30/03: reunião sobre Gameiro & Gonçalves sobre Loteamento Porto do Carvão,

manifestando interesse na venda do loteamento, estando a analisar com interesse este projeto. Esteve na apresentação do dispositivo especial de combate a incêndios rurais, prestando esclarecimentos complementares sobre os procedimentos acordados. Esteve na reunião do Conselho de Administração da AR, Águas do Ribatejo, EIM, onde o Dr. Miguel Carrinho foi designado para a partir desta sexta-feira, 1 de abril, ser o novo diretor geral da empresa intermunicipal, substituindo o eng.º Moura de Campos (aposentação). Desejando os maiores sucessos ao novo diretor geral e apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Eng. Moura Campos.

Dia 01.04: Esteve na reunião do conselho de Administração da RSTJ, com apresentação de projeto APARTE.

## **(17) – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES:**

### **CLÁUDIA PATRICIA ALVES MOREIRA:**

Deu conhecimento do ponto de situação de diversos projetos desenvolvidos pela Associação Artes do Aveso, parabenizando o trabalho desenvolvido nestes três anos de projeto com a envolvimento e o desenvolvimento de determinadas competências (autoconhecimento, autoconfiança) dos jovens participantes.

Informou que realizou com o Sr. Presidente quatro entrevistas a cinco dos jovens que concorreram ao Plano de Formação em Contexto de Trabalho (2.ª edição), que apresentaram projetos em diferentes áreas, existindo dois em condições de avançar.

*Just a Change:* deu conhecimento de reunião ocorrida com visita a quatro habitações de famílias carenciadas, com tipos de intervenção diferentes, com vista à elaboração de orçamento. Referiu que está previsto efetuar uma habitação por freguesia, sinalizadas pelas Juntas de freguesia e IPSS's locais.

Educação: reuniu com vários parceiros sobre ofertas de cursos profissionais para o próximo ano letivo. Analisando as necessidades de mercado do nosso concelho e da região,

verifica-se que o curso multimédia tem vindo a ganhar interesse junto dos nossos jovens (aposta de oferta de ações complementares às aulas dadas pelos professores) e técnico de juventude (curso que se pode ajustar ao corpo docente existente).

Workshop de fotografia: no início do mês de março com a escola de fotografia, foi pelo Agrupamento manifestado interesse pela realização deste workshop e analisando espaço e equipamento necessário, decidiu-se que na oficina colaborativa, a partir de ontem, está em funcionamento um laboratório de fotografia analógica e a preto e branco disponível para utilização dos alunos e outras escolas e parceiros.

Bolsas de estudo: deu conhecimento que no próximo dia 23 de abril se fará a entrega de bolsas de estudo no cineteatro da Chamusca.

## **RUI FILIPE RODRIGUES FERREIRA:**

Deu conhecimento das obras em curso no concelho, referindo, nomeadamente: Estrada dos Cruzetinhos: conclusão da intervenção; Casais do Bom Nome: início da intervenção; conclusão da intervenção em passeios na freguesia de Chamusca e Pinheiro Grande; terminaram o corte de árvores na freguesia de Chamusca e Pinheiro Grande, aguardando a disponibilidade de equipamento para desbaste das raízes para posterior reparação do passeio e plantação de novas árvores; Anafe e Semideiro: subida das bermas; manutenção de algumas habitações sociais na Chamusca e Pinheiro Grande e Vale de Cavalos; substituição de cobertura do salão da Parreira; continuação da limpeza do Ribeiro do Casal Velho.

Deu conhecimento de reuniões que realizou com associações do concelho, e presença em convívio promovido pela Associação Hípica da Chamusca onde foram apresentadas as atividades previstas a realizar para o corrente ano.

Informou da participação do município na Semana da Cultura Tauromáquica de Vila Franca de Xira nos dias 8, 9 e 10 de abril numa mostra de tauromaquia popular, onde vamos ter

um espaço em colaboração com a associação eh toiro, onde irá ser feita a divulgação da Semana da Ascensão 2022.

**GISELA MARIA AZEVEDO TRINCÃO MATIAS:**

Relativamente às informações prestadas pelo Sr. Presidente sobre a reunião que ocorreu no dia 23 de março, reafirmou mais uma vez a sua disponibilidade, enquanto vereadora, e da CDU em tudo o que for possível fazer para a resolução do problema que considera ser um problema regional que tem de ser resolvido, aludiu a 2018 em que os deputados na Assembleia da República se uniram numa proposta de resolução relativamente a este problema, reafirmando que se trata de um problema de vontade política dos sucessivos governos, considerando que este assunto tem de ser resolvido, augurando que com a missiva que será apresentada ao Sr. Primeiro Ministro seja acolhida, sendo a solução clara.

**MANUEL TIAGO NETO PESTANA PRESTES:**

Manifestou disponibilidade para contribuir para a resolução deste problema que é de todos nós, que deverá ser resolvido de forma a que não se alastre mais, para nosso bem, para o bem destas populações e da região.

Augurou votos de boa Páscoa a todos.

**TERMO DA REUNIÃO**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

O Presidente,

A Secretária,